

INTRODUÇÃO: O DESAFIO DE USAR O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E A PAISAGEM CULTURAL NO SÉCULO XXI

Um dos problemas que o Património tem enfrentado, com mais acutilância desde meados do século XX, tem sido o conflito entre o uso original, tradicional, entendido como aquele para que foi projetado, feito ou construído, e o uso ou «(re)uso» moderno, assumido como aquele que se lhe quer dar. Esta é, normalmente, a questão fundamental com que nos deparamos quando se pretende desenvolver programas e projetos de valorização de monumentos, de sítios e, mais recentemente, de paisagens culturais, assumindo a modernidade deste conceito impulsionado desde o início do século XXI.

Esta questão induz a pergunta: Como usar o Património Construído e a Paisagem Cultural?

Embora a situação esteja a mudar qualitativamente, durante muitos anos era vulgar surgirem dúvidas sobre o uso do património e eram usuais as críticas às modalidades usadas no (re)uso. Geralmente, eram apontadas algumas razões, ou justificações, para o mau uso do Património e da Paisagem Cultural.

A principal razão era o desconhecimento do valor dos monumentos e das paisagens. Tal era justificado, tradicionalmente, pela insensibilidade e, por vezes, era apontada a iliteracia das populações para «compreenderem» o património.

Por vezes o «mau uso» também era justificado por «má-fé», assumida na linguagem popular como «desprezo». Outras razões apontadas eram o abandono por perda de uso, assim como a ausência de valor simbólico por parte dos poderes e das populações. Mais

recentemente, também passaram a ser apontadas causas ligadas à gestão deficiente e à crescente pressão turística.

Aparentemente, estamos perante algumas causas que parecem contraditórias. Se a perda de uso pelas populações é o mais frequente fator de degradação, a pressão por uso turístico exagerado é apontada como fator negativo. Este eventual erro de gestão, ou desajustamento de uso, recebeu tratamento muito específico nos textos das Cartas Internacionais sobre Turismo Cultural, o que tem vindo a obrigar à reflexão sobre os riscos da valorização económica do Património e das Paisagens Culturais.

No sentido da salvaguarda de riscos de degradação, há que salientar, também, o texto da recomendação publicada pela Comissão Europeia em Abril de 2010, em que são expressos alertas para as ameaças pendentes sobre o património cultural devidas aos efeitos combinados das alterações climáticas e de outras alterações ambientais. Estes são alertas que acrescem às já reconhecidas intervenções humanas descuidadas e aos riscos ligados à segurança dos ambientes turísticos. Reconhecemos que as alterações climáticas podem provocar danos irreversíveis nos bens do património cultural fragilizado pela sua antiguidade. Catástrofes naturais têm ameaçado a natureza física do património cultural, muito dele assumido como símbolo ou ícone de cidades e de sítios de valor europeu ou mundial. Isto é tanto mais sentido quanto se salienta a tendência atual de uso intenso destes espaços que são reconhecidos como património identitário.

Apesar da simpatia que a economia tem pelas atitudes que induzem o uso intenso, o abuso do uso do espaço pode transformar-se num dos mais fortes fatores de risco, apesar de se dever analisar as situações caso a caso, na medida das suas diferenças e especificidades. Foi neste sentido que as recentes recomendações salientam a importância de desenvolver ações concertadas e transdisciplinares, procurando evitar que os riscos combinados lhe provoquem danos irreversíveis.

Neste sentido preventivo e na busca de contributos para o «(re)uso» correto, apontam-se três distintas abordagens, na medida em que poderá entender-se o Património de diferentes modos. Pode ser entendido como mero elemento decorativo que «embeleza» o uso contemporâneo do território, podendo fazer-se tábua rasa do passado a que esteve ligado, à sua origem e evolução.

Em contrapartida, poderá também entender-se o Património como joia da coroa e, como tal, referência comercial de primordial interesse. Por último, poderá entender-se o Património como fator permanente, determinante e contributivo na sustentabilidade do território e da identidade e, por isso, determinante na estratégia de desenvolvimento.

Constatamos, com satisfação, que é crescente o registo de afirmações que expressam o Património como elemento gerador de imagem e de identidade de um território. Como consequência desta expressão é já assumido pelo marketing comercial, e político, que os territórios podem ser identificados a partir de elementos patrimoniais caracterizadores.

Em alguns planos estratégicos, temos ouvido apontar a noção de «âncora patrimonial

no território», assumida principalmente como elemento identitário que afirma uma qualquer singularidade e que ajuda na valorização sócio-económica de uma região. Mas a valorização de uma região exige projetos de desenvolvimento mais globais, pelo que tem vindo a ser usual, no pensamento dos investidores e dos programadores culturais o recurso à construção de redes de âncoras patrimoniais no território. Coloca-se-nos a questão oportuna: Como escolher essas «âncoras patrimoniais»?

Normalmente, procuram-se lógicas cronológicas e características tipológicas, artísticas ou paisagísticas, principalmente quando se integram e se complementam culturalmente.

É vulgar salientar-se a importância de conservar a autenticidade dos sítios e do património, respeitando a variedade e diversidade. De facto, a autenticidade constitui o elemento essencial no significado cultural expresso através dos materiais físicos, reconhecido como legado da memória e das tradições intangíveis que perduraram no tempo. É certamente por estas razões que os programas, assim suportados, procuram apresentar e interpretar a autenticidade dos sítios, salientando as experiências culturais de modo a aumentar a admiração pública e a facilitar a compreensão identitária da região.

Neste livro conjugam-se resultados de investigações científicas e projetos desenvolvidos sobre sítios arqueológicos e patrimoniais. Experiências distintas sobre diferentes sítios exigiram reflexões diversificadas dos autores e dos investigadores, arqueólogos e arquitetos.

Para todos os monumentos foram assumidos como objetivos primordiais a preservação do manancial de informação científica, a gestão na perspectiva de conservação e, também, a preocupação em infundir a emoção da fruição pelo público através da apreensão e compreensão.

Todos os exemplos apresentados neste livro, depois de sujeitos a apresentações em ambiente académico e a discussões públicas, assumem o Património como fator permanente, determinante e contributivo na sustentabilidade do território e da identidade e, por isso, determinante na estratégia de desenvolvimento.

Lino Tavares Dias
Arqueólogo
CITCEM

